

VARIAÇÕES EM TORNO DE UM VELHO TEMA

José Carlos da Fonseca (*)

Não se pode dizer, rigorosamente, que Lindolfo Collor tivesse uma doutrina social. Ele era mais homem de idéias do que um doutrinador; e o mérito de sua obra consiste exatamente na manipulação dessas idéias, na sistematização de argumentos novos colocados à disposição de uma doutrina.

Se por um milagre da técnica pudéssemos fotografar com a máquina do tempo o ambiente em que ele viveu, veríamos sem nenhuma dificuldade a clara efervescência que o envolveu nas primeiras décadas do século.

Corria de boca em boca a célebre frase atribuída a Washington Luiz de que a questão social é uma questão de polícia. Está claro que a expressão grosseira colocada na boca do Presidente da República tinha objetivo meramente político. Mas também ficou evidente que ela se transformaria na grande bandeira empunhada pela Aliança Liberal para derrubar a velha república. Vibrou como chicotada forte no rosto da opinião pública. E foi através dessa porta aberta inesperadamente pela frase maliciosa que Lindolfo Collor entrou para a história.

Vitorioso o movimento, convidado para dirigir o primeiro Ministério do Trabalho do Brasil exultou com a possibilidade de pôr em prática idéias durante anos acalentadas. Em 1919, já escrevia: "Engana-se profundamente quem supuser que dentro da nova ordem de coisas, que nasce com o fim da luta das potências, será possível ainda ir iludindo a verdadeira situação do proletariado e adiando a sua definitiva incorporação moral e econômica na civilização ocidental, que é também nossa. A consciência do mundo está nascendo para a reforma social".

Na campanha presidencial de 1929 antecipava: "A liberdade mundial para todas as indústrias e profissões é para os proletários em geral, hoje, princípio vitorioso no mundo. A proteção aos interesses dos operários deve ser completa. A conquista das oito horas de trabalho, o aperfeiçoamento e ampliação das leis de férias, dos salários mínimos, a proteção das mulheres e dos menores, todo esse novo mundo moral que se levanta, nos nossos dias, em amparo do proletariado, deve ser contemplado pela nossa legislação para que não se continue a ofender os bríos morais dos nossos trabalhadores com a alegação de que o problema social no Brasil é um caso de polícia."

(*) O autor é jornalista e Ministro Classista do TST.

A idéia central que o preocupava era a de defesa da pequena empresa contra o gigantismo, que já no seu tempo ameaçava a sociedade, e que no nosso tornou-se uma calamidade evidente.

Afirmava a indispensabilidade do capital enquanto impulso generoso necessário aos empreendimentos produtivos, mas criticava o capitalismo selvagem por entender que esse sistema tem como característica principal a escassez e não a abundância do capital.

O capitalismo praticado no Brasil daqueles tempos era um mal na ordem social por impedir que os homens fossem pobres, obrigando-os a serem miseráveis. O quadro continua quase o mesmo, acrescido apenas de um dado: explosivo, perigoso, inevitável; o de que todas as pessoas agora sabem disso. A comunicação encarregou-se de levar a todos os lares do Brasil, do mais opulento ao mais miserável, do mais exibido ao mais remoto, a indesejável notícia de tal modo que se tornou inescandível a brutal diferença social. A informação é igual para todos. Democratizou-se, afinal. E cada qual a recebe com o espírito e o conhecimento de que dispõe.

É claro que as sociedades igualitárias inexistem. Todas as tentativas nesse sentido seriam utópicas. Mas que é preciso encurtar as diferenças também está claro.

E aí entram pensadores e estadistas como Lindolfo Collor — tão raros nos dias de hoje — que compreenderam com Francis Bacon há mais de três séculos que “o capital é como o estrume, só é bom quando espalhado”.